

# PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL E A CAPITANIA DE MINAS GERAIS

nas Últimas Décadas da Colonização:  
Uma Análise Fiscal (1780-1808)

**THAIZ BARBOSA FREITAS\***

## RESUMO

Os processos de modernização do Brasil e suas análises, em grande parte, remontam o período colonial, seja para entender as características da colonização portuguesa e as questões que levaram a independência, seja para compreender como tais relações mudaram ao longo tempo, principalmente a partir do reformismo dos setecentos, e como impactaram na formação de um Estado Nacional brasileiro a partir do século XIX. Assim, o presente artigo pretende destacar a importância e as possibilidades que os estudos da fiscalidade abrem como para análise das transformações que ocorrem no final do século XVIII e que compõem, muitas vezes, os processos de modernização no Brasil que se formava.

**Palavras-chave:** Fiscalidade; Reformismo; Modernização.

## ABSTRACT

The processes of modernization of Brazil and its analysis go back a long way to the colonial period, either to understand the characteristics of Portuguese colonization and the issues that led to independence, or to understand how such relations changed over time, reformism of the seven hundred, and how they impacted on the formation of a Brazilian National State from the nineteenth century. Thus, this article aims to highlight the importance and possibilities that taxation studies open as an analysis of the transformations that occur at the end of the eighteenth century and that often compose the processes of modernization in Brazil that was being formed.

**Keywords:** Taxation; Reformism; Modernization.

\*Licenciada e Bacharel em História – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ.  
Mestranda em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.  
Email: thaizbarbosafreitas@gmail.com

## Introdução

As transformações políticas e econômicas do Brasil no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX marcam o período que antecede a independência. Momento que se destaca na historiografia com discussões de questões que envolvem tanto a natureza das relações coloniais, tanto seus impactos na construção de uma economia nacional após a emancipação.

Nesse sentido, os processos de modernização do Brasil e suas análises, em grande parte, remontam o período colonial, seja para entender as características da colonização portuguesa e as questões que levaram a independência, seja para compreender como tais relações mudaram ao longo tempo, principalmente a partir do reformismo dos setecentos, e como impactaram na formação de um Estado Nacional brasileiro a partir do século XIX.

O período que vai de 1780 a 1808, com efeito, é essencial para entender este momento de transformações e transição. Na década de 1780 é consolidado um novo sistema fiscal na América portuguesa, que tem origem nas reformas pombalinas e que demonstra como tais medidas ultrapassam o governo do Marquês de Pombal. Além disso, após 1760, têm-se uma queda significativa na produção aurífera, tornando a fase ainda mais importante para compreender o perfil econômico da região mineradora.

Tais rumos da economia da capitania de Minas Gerais, após a decadência do ouro, são discutidos ora por trabalhos que apontam para uma crise no final do século XVIII, ora por estudos que procuram demonstrar a complexidade da economia mineradora e como essa se constrói no XIX.

A consolidação de um novo sistema fiscal na capitania na década de 1780, que mostra a capacidade da região de manter o funcionamento de sua burocracia mesmo em períodos de crise, assim, destaca a importância e as possibilidades que os estudos da fiscalidade abrem como para análise das transformações que ocorrem no final do século XVIII. Estudos que permitem ampliar as interpretações entre as distâncias do “projeto” colonial metropolitano e natureza das relações coloniais que se transformam, ou não, nas primeiras décadas do XIX e que compõem, muitas vezes, os processos de modernização do Brasil que se formava.

## Economia Colonial: Breve Visão Historiográfica

As naturezas das relações coloniais, assim como as principais características políticas, sociais e econômicas do Brasil colonial são temas de constante debate historiográfico, principalmente a partir da década de 1970<sup>1</sup>. Apesar das inúmeras divergências, tem sido quase consenso, no entanto, a existência de importantes transformações que ocorrem entre fim século XVIII e início do XIX, últimos anos da colonização.

A respeito de tais mudanças, as principais questões relacionadas aos processos de modernização e desenvolvimento brasileiro são aquelas referentes às distâncias entre a ideia de um sistema colonial escravista predominante, associado às necessidades das sociedades

---

<sup>1</sup> Refere-se aqui, principalmente, aos trabalhos de Novais e Fragoso que suscitam, até hoje discussões acerca da existência de um “sistema colonial” e de uma economia colonial com dinâmicas particulares marcadas pelas ações de uma monarquia pluricontinental, ou seja, a sociedade de Antigo Regime nos trópicos.

---

---

européias, e as possíveis dinâmicas internas mais complexas existentes nos espaços coloniais. Problemáticas que, além de estarem presentes em trabalhos significativos acerca de uma “evolução” da economia brasileira do período colonial à contemporaneidade, permitem compreender a utilização de um modelo de desenvolvimento capitalista “europeu”<sup>2</sup> e as particularidades do Brasil neste período.

Com efeito, serão analisados brevemente neste trabalho algumas das principais concepções acerca das características da economia brasileira entre 1780 e 1808, a fim de elucidar as diferentes transformações discutidas pelos autores utilizadas para análise e interpretação do processo de modernização brasileira no século XIX, principalmente, as permanências e rupturas que envolvem o mesmo.

Beauclair, com a proposta de caracterizar a formação do pensamento econômico brasileiro, chama atenção para a importância de se pensar a existência de uma “economia colonial” frente à ideia de “sistema colonial”, difundida, principalmente, nos trabalhos de Novais<sup>3</sup>. Segundo Beauclair, “A economia colonial é um pouco mais complexa do que uma “plantation escravista” dependente das conjunturas internacionais”<sup>4</sup>.

Ao analisar a ideia de sistema colonial, que estaria condicionado pela grande propriedade agrícola e mantido pela escravidão, é possível perceber como as temáticas que dão destaque a existência de um mercado interno e de uma dinâmica colonial própria ganham espaço para interpretações, por exemplo, da chamada “crise do século XVIII”. Uma crise associada muito mais aos quadros econômicos europeus.

Pensando na economia de Minas Gerais, mais especificamente, após a década de 1760, marcada pela queda na produção aurífera, nota-se que “a crise não gera uma decadência generalizada na capitania, os níveis de comércio e arrecadação ficaram preservados, garantindo a maior diversificação de atividades a partir de então”<sup>5</sup>. Ao citar o trabalho de Fragoso<sup>6</sup>, Beauclair ainda aponta a existência de um intenso tráfico intercolonial e economia razoavelmente integrada, que podia, ou não, coincidir com as exigências do sistema colonial<sup>7</sup>.

Sobre as transformações no final do XVIII, Arruda<sup>8</sup> também destaca uma diversificação alcançada pela economia brasileira no final do século XVIII, cujas principais consequências seriam o aumento do interesse dos ingleses e do contrabando próximo às regiões portuárias como o Rio de Janeiro.

Segundo o autor, “As exigências do sistema colonial comportavam certa flexibilidade, mas, o salto no número de navios estrangeiros no Rio indicava que mudanças estruturais estavam ocorrendo nas relações comerciais externas da colônia”<sup>9</sup>. As complexidades e ambiguidades da legislação colonial, que comportavam a atuação de homens do governo e homens de negócio, da colônia e estrangeiros, teriam permitindo, assim, a consolidação da área de atuação do contrabando e uma “abertura informal” dos portos, para Arruda, desde

---

2 Modelo de desenvolvimento capitalista inglês, analisado muitas vezes segundo as etapas de transição do feudalismo para o capitalismo.

3 NOVAIS, Fernando. *A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

4 BEAUCLAIR, Geraldo de O. *A construção inacabada. A economia brasileira, 1828-1860*. Niterói: Vício de Leitura, 2001, p.63.

5 *Idem*, p.62.

6 FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.24-27.

7 BEAUCLAIR, *op.cit.*, p.63.

8 ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. São Paulo: EDUSC, 2008.

9 *Idem*, p.117.

1800.

Para discutir essa diversificação da economia brasileira e da região de Minas Gerais a partir de 1780, é necessário compreender também as características das atividades desenvolvidas e os impactos do setor agroexportador, que permitiam, ou não, o surgimento de formas de produção industrial, e que utilizavam, muitas vezes, mão de obra escrava.

Libby afirma que já há um processo de protoindustrialização mineira a partir 1789, conjuntura que teria conduzido à inconfidência. O autor define protoindustrialização como “produção em grande escala de bens industriais destinados a mercados distantes, baseada em mão-de-obra barata e camponesa”<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo em que aponta as críticas feitas ao modelo, Libby destaca a revisão crítica do mesmo, que permitiu a inclusão de um número maior de fenômenos históricos no que ele chama de fases ou tendências protoindustriais, e que seria, por isso, importante para entender tais atividades em Minas. De forma contrária ao que ocorrera na economia europeia, onde o conceito é amplamente utilizado, o isolamento geográfico de Minas Gerais e o complexo sistema fiscal teriam contribuído para estimular atividades industriais ligadas à demanda local.

Danieli Neto<sup>11</sup>, no mesmo sentido, ao destacar que a proto-indústria não seria uma anomalia no Brasil colonial e escravista, mostra a constante confusão que se faz entre crescimento industrial e desenvolvimento capitalista e suas incompatibilidades o modelo escravista de trabalho.

Na época colonial haveria muitas restrições da metrópole às indústrias, configuração que se transformaria aos poucos no final do século XVIII, momento em que as fronteiras entre trabalho agrícola e industrial seriam, ainda, pouco nítidas<sup>12</sup>.

### **A Fiscalidade Como Via de Interpretação: Reformas Fiscais e as Particularidades da Fiscalidade Mineira no Final do Século XVIII**

No século XVIII, com a consolidação da produção aurífera na região de Minas Gerais, o Brasil passa por um período de importantes mudanças na administração colonial. Em primeiro lugar, devido à reorganização político-geográfica que ocorre envolvendo as regiões de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, com o destaque e valorização cada vez maior do sudeste nos quadros político e econômico.

Em segundo lugar, por conta das mudanças promovidas durante o governo do ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, que terão como resultado um período de reformas conhecido pela influência do despotismo esclarecido e pelas tentativas de centralização do poder na colônia.

Em ambos os casos, o caráter estrutural dessas mudanças na administração e no sistema fiscal chama atenção para as discussões acerca do modelo de sistema político dos séculos XVI e XVII e aquele que teria sido construído, ao longo do século XVIII, a partir do

---

10 LIBBY, Douglas C. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Minas Gerais, vol. 9, 1989, p.152.

11 MARIO DANIELI NETO. *Escravidão e Indústria: um estudo sobre a fábrica de ferro São João de Ipanema - Sorocaba (SP) - 1765-1895*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

12 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, v. 2: *O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; DANIELI NETO, *op.cit.*, p.51.

---

---

fortalecimento do absolutismo régio.

Essas categorias, além de promoverem um debate sobre as ideias de Estado no período, mostram como a história fiscal é uma importante via de interpretação para entender os alcances do mesmo e os diferentes processos de desenvolvimento econômicos regionais que coexistem no período que vai até as primeiras décadas do XIX.

A maior parte dos trabalhos sobre o reformismo do século XVIII no Brasil sempre aponta como marcos para o período as criações do Erário Régio, em 22 de dezembro de 1761, e, após 1760, a consolidação das Juntas da Real Fazenda. Ambas as instituições teriam sido, assim, os principais símbolos das tentativas de centralização e racionalização da administração colonial a partir da implementação de novos métodos de contabilidade.

Dada a pluralidade dos perfis econômicos de cada região, como as de produção de ouro, em Minas Gerais, e, portanto, as diferentes formas como o sistema fiscal se encaixava a cada um desses perfis, fica evidente o caráter heterogêneo que poderiam adquirir as transformações da administração fazendária no período.

Esse caráter heterogêneo estaria associado não só às formas práticas que tomam as transformações no sistema administrativo e fiscal, mas, também, às rupturas e permanências em relação aos séculos XVII e durante todo o século XVIII e início do XIX. Entre os principais elementos, pode-se destacar a criação de novas instituições fiscais, a reorganização dos tributos e cargos responsáveis pelas mesmas, as especificidades dos polos regionais e, principalmente, as mudanças nas rotinas contábeis.

Após a descoberta do ouro, no final dos seiscentos, e ao longo de todo o século XVIII, o que se percebe é uma tentativa de transferência de poder, que acontece de forma gradual e pouco uniforme, dos núcleos locais para mais instituições centralizadas.

Assim, como afirma Pablo Oller Mont Serrath<sup>13</sup>, em seu trabalho sobre o Império Atlântico português, a lógica da fiscalidade começa a se voltar, ao menos em tese, para a quantificação dos rendimentos da colônia.

Em 1723, uma das primeiras mudanças, em termos formais, é a que transfere ao Conselho Ultramarino a responsabilidade de arrematação dos contratos. Além disso, “Assiste-se também a um aumento da supervisão e intervenção sobre as câmaras, bem como à redução dos seus poderes fiscais, pela transferência de diversos tributos anteriormente sob responsabilidade local para as Provedorias da Fazenda”<sup>14</sup>.

No entanto, é a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação do Erário Régio e das Juntas da Real Fazenda (após 1765), que podem ser observadas as maiores mudanças e permanências, seja em termos formais, seja de consolidação, ou não, de medidas anteriores nas diversas regiões do Brasil.

A instituição do Erário Régio, apontado com um dos marcos das reformas de Pombal, tinha como objetivo “regular a exata arrecadação das rendas que constituem o erário público”<sup>15</sup>.

Para isso, também começam a ser implementadas reformas fiscais que atingem diretamente os métodos de contabilidade, uma vez que a principal questão era melhorar a

---

13 PABLO OLLER MONT SERRATH. *O Império Português No Atlântico. Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2013.

14 COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. 2012. 517 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.167.

15 CARRARA, A.A. El reformismo fiscal pombalino en Brasil. *Historia Caribe*, v. 11, p. 83-111, 2016, p.99.

eficácia diante da grande fragmentação anterior:

Uma importante inovação adotada a partir de então foi a escrituração das receitas e despesas pelo método de partida dobrada, para se ter, em qualquer momento, a percepção da conta líquida e corrente do débito e crédito de cada um dos múltiplos recebedores da Fazenda<sup>16</sup>.

Entre as principais transformações, estaria o fato de que esse novo sistema contábil passa oferecer uma visão da situação geral das finanças, dos rendimentos e gastos anuais, registrados, a partir de então, de forma muito mais sistemática com a instalação das Provedorias ou Juntas da Real Fazenda. Instituições que, apesar de existirem em Minas Gerais desde 1724, mostram o caráter, ora fragmentário, ora mais rigoroso, das rotinas fiscais e evidencia a complexidade das relações entre as diferentes estruturas coloniais e a coroa portuguesa<sup>17</sup>.

Em relação à Minas Gerais, as demais capitanias não dispõem, segundo Carrara<sup>18</sup>, de documentação fiscal, com base nos modelos do século XVIII, anterior a 1770. Fato que, associado às irregularidades encontradas na documentação e a limitação do número de registros existentes, mostra a consolidação de uma rotina contábil muito mais complexa para as regiões mineradoras.

### **Desempenho Fiscal da Capitania Após o Declínio da Produção Aurífera a Partir de 1760**

As fontes utilizadas neste trabalho foram publicadas pela primeira vez por Angelo Alves Carrara no livro *Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil século XVIII*<sup>19</sup>. As séries fiscais construídas têm como base livros de receitas e despesas, referentes às contas correntes das capitanias, dados relativos aos quintos reais, além de documentos do Conselho Ultramarino.

Os registros fiscais disponíveis para o período a partir da década de 1780 correspondem aos documentos que contam com a maior quantidade de dados. Os balanços de receitas e despesas, além de fornecerem uma visão geral acerca das conjunturas financeiras das capitanias, se destacam pela presença de dados referentes a fluxos fiscais transferidos e recebidos de outras regiões em todos os nos, incluindo, remessas enviadas ao Rio de Janeiro e a Lisboa.

Para ampliar a análise acerca da situação fiscal da capitania de Minas Gerais nas últimas décadas do XVIII e início do XIX, propõem-se aqui uma comparação com os dados de outras capitanias importantes, Bahia e Pernambuco. As diferenças nos dados permitem, ao mesmo tempo, mostrar os níveis de arrecadação fiscais das regiões e entender as diferenças entre os mesmos, ora provenientes da disponibilidade das fontes devido aos perfis fiscais já elucidados, ora resultantes das conjunturas econômicas e financeiras presentes em cada uma delas.

Os fluxos fiscais presentes nos documentos utilizados corroboram, de início, existência

---

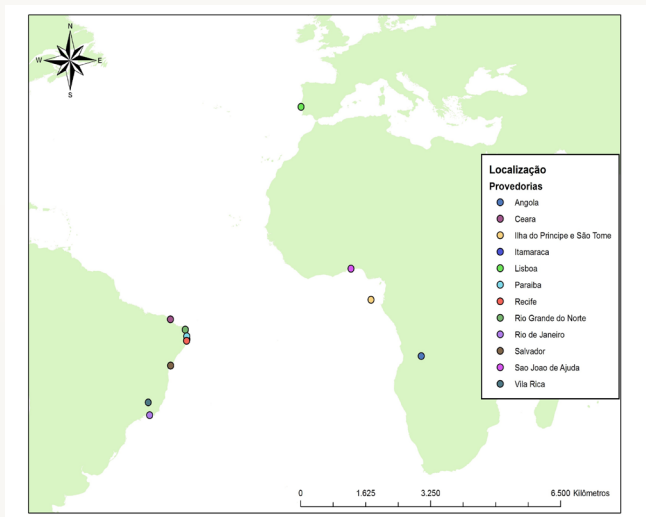
16 *Idem*, p.97.

17 FREITAS, Thais B. Fiscalidade no século XVIII: uma comparação da produção historiográfica contemporânea do Brasil e da Hispanoamérica colonial. *Artíficos. Revista colombiana de Estudiantes de historia*. Bogotá, vol. 8, 2017, p.44-65.

18 CARRARA, A. A. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p.63.

19 *Idem*.

de dinâmicas próprias dentro dos mais variados espaços coloniais. O mapa 1 mostra, a seguir como está construída uma cartografia fiscal que envolve relações entre diversas regiões.



Mapa 1: Localização das provedorias da Real Fazenda do Brasil e as regiões com as quais existem vínculos fiscais (1770-1805). Fonte: SIG (Sistemas de Informação Geográfica) de elaboração própria a partir de Carrara (2009).

A presença de fluxos fiscais de capitanias do Brasil para regiões da África, por exemplo, apesar de não serem objetos de estudo deste trabalho, demonstram como tais regiões estavam interligadas, muitas vezes, sem o controle metropolitano direto. Tais dados, disponíveis para quase todos os anos estudados, permitem afirmar que havia, portanto, fluxos frequentes que, mesmo após a decadência da produção aurífera e em períodos de retração do setor agroexportador, mantinham certa periodicidade, ainda que em níveis mais baixos.

Quanto aos dados disponíveis para Minas Gerais, o que se verificou foi a existência de um número maior de fontes fiscais, onde os dados aparecem regularmente nos registros ao longo de todo o período. Foram utilizados os dados do Anexo 9-B, que corresponde ao período de 1762 a 1810<sup>20</sup>.

Em relação aos níveis de receitas e despesas da capitania de Minas Gerais, que possuem dados para o período que vai até 1804, pode-se notar uma concentração de recursos até a década de 1790. Valores que, significativamente, para alguns anos, mostram um nível maior das receitas da capitania frente aos gastos e envios que caracterizavam despesas.

Para período posterior, apesar de mostrar uma queda tanto nos valores de receitas, quanto nos de despesas, há uma regularidade expressiva ao longo de todo o restante do período, que coincide com a queda da produção aurífera e que, por isso, mostra a grande capacidade fiscal da capitania de manter o funcionamento das estruturas burocráticas, em grande parte dos anos, com as receitas acima das despesas.

20 CARRARA, A. A. Receitas e Despesas da Capitania de Minas Gerais, 1762-1810. In: CARRARA, 2009, *op.cit.*, p.167-177.

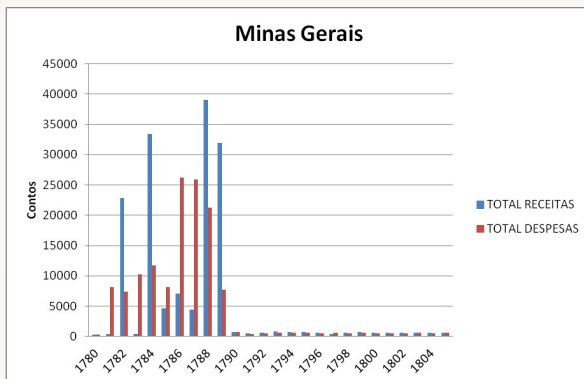


Gráfico 1: Receitas e Despesas da Capitania de Minas Gerais (1780-1804). Fonte: Elaboração própria a partir de Carrara (2009).

Quando comparados com os dados de Minas Gerais, a capitania de Pernambuco e da Bahia, a há importantes variações, em primeiro lugar, no número de documentos disponíveis para o mesmo período, e os tipos de dados presentes nos mesmos, conforme o perfil fiscal da região que não estava tão ligada ao setor minerador e, por isso, também possuía uma fiscalidade menos complexa em termos burocráticos.

Das fontes de Pernambuco, a documentação é proveniente do Fundo do Erário Régio, e traz um resumo das receitas e despesas da capitania para o período entre 1772 a 1806<sup>21</sup>.

Os valores de receitas e despesas disponíveis são poucos e para os seguintes períodos: 1772; 1775; 1777-1778; 1781-1786; 1788-1789; 1791-1794; 1796-1806. Os dados de receitas correspondem a valores totais, saldos do ano anterior, receitas de anos anteriores e receitas do ano em curso. Enquanto as despesas correspondem a valores totais, despesas dos anos anteriores, despesas do ano em curso, saldo para o ano seguinte e remessas para Lisboa.

Os gráficos construídos para análise dos valores gerais anuais de receitas e despesas foram feitos com base nas seguintes variáveis: para receitas foram considerados os valores de “receitas do ano em curso” e para despesas foram considerados “despesas do ano em curso” e “remessas para Lisboa”.

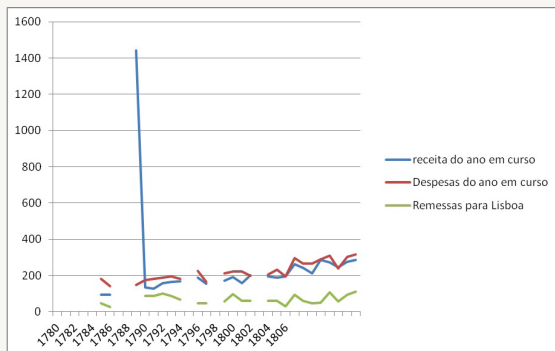


Gráfico 2: Receitas e Despesas (em contos) da capitania de Pernambuco (1780-1806). Fonte: Elaboração própria a partir de Carrara (2009).

21 *Idem*, p.254-261. O banco de dados feito com as fontes dos tributos sob contrato foi utilizado para análise dos fluxos fiscais da capitania, por não se saber ao certo os valores recebidos e os débitos.



No Gráfico 2 o que chama atenção é o crescente aumento nos valores de receitas a partir da década de 1790, período de recuperação da economia agrícola na região, segundo Arruda, principalmente, no que diz respeito a produção de algodão. Além dos frequentes envios de remessas para Lisboa.

Das remessas para Lisboa, que aparecem nos registros de despesas, nota-se, apesar da ausência de dados para alguns anos, uma regularidade com que aparecem ao longo de todo o restante do período. Dado que evidencia o forte vínculo entre as regiões, na medida em que os valores enviados são bastante expressivos e apresentam poucas variações ao longo dos anos, caracterizando transferências diretas para a coroa portuguesa.

Em relação a Minas Gerais nota-se, no entanto, um nível mais baixo dos valores, mesmo no período da queda na produção de ouro na região, fato que corrobora inúmeras interpretações acerca da existência de uma economia colonial com dinâmicas próprias.

Para Bahia, foi utilizada uma fonte balanço geral da tesouraria da Junta da Real Fazenda e um documento do Fundo do Erário Régio<sup>22</sup>. Nas fontes de receitas uma concentração de dados de todas as variáveis de 1784 a 1788. Nas fontes de despesas, os dados disponíveis podem ser divididos em alguns períodos conforme a frequência com que aparecem: 1781-1784; 1786-1806.

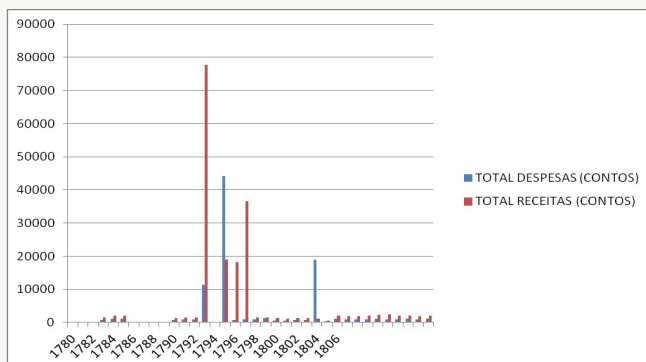


Gráfico 3: Receitas e despesas (em contos) da capitania da Bahia (1780-1806). Fonte: Elaboração própria a partir de Carrara (2009).

Ao mesmo tempo, é possível notar um decréscimo nos valores a partir da década de 1790, e uma regularidade nos registros após esse mesmo período, no qual as receitas aparecem quase sempre acima das despesas, à exceção de três anos: 1786, 1790 e 1795.

Destaca-se também a presença do maior volume de dados para o período entre 1784 e 1788, mesmos anos para os quais se concentram os dados da segunda fonte utilizada para a capitania nesse trabalho, o balanço de receitas e despesas da tesouraria da Junta da Real Fazenda.

Se comparados aos dados da região mineradora, a ausência dos mesmos com tal regularidade para a capitania da Bahia mostra, principalmente, as diferenças na organização e, conseqüentemente, na complexidade dos sistemas fiscais da Real Fazenda do Brasil.

22 CARRARA, A. A. Balanço geral da receita e despesa da Tesouraria Geral da Bahia do ano de 1788. Códice 03, 04, 10. In: CARRARA, 2009, *op.cit.*, p.264-271.

## Considerações Finais

É impossível entender as origens do processo de modernização conservadora no Brasil no século XIX sem compreender, antes de tudo, as características da sociedade brasileira que antecede tal processo e que, em muitos momentos, ainda impacta de forma significativa no mesmo.

A breve discussão historiográfica proposta neste trabalho teve como intuito mostrar as relações entre essas conjunturas, a fim de demonstrar que as permanências e rupturas se entrelaçavam em muitos momentos, inclusive hoje, quando o tema debatido é perfil da colonização da América portuguesa.

Quase certo, os estudos que envolvem os temas e conceitos apontados através dos autores aqui trabalhados ainda tem um longo caminho, principalmente quando se pensa a diversidade de acervo histórico cada vez mais acessível aos historiadores, exemplo disso têm sido os trabalhos que cada vez mais optam pela fiscalidade enquanto via de interpretação.

Falar sobre o final do século XVIII como o período que marca o início do “longo século XIX” (1780-1930) é sem dúvida falar sobre reformismo, inclusive e, talvez, essencialmente, sobre reformismo fiscal, não obstante guardando as devidas ressalvas quando a abrangência e o uso do termo.

A economia e a fiscalidade de Minas Gerais, por trazer consigo as peculiaridades e os impactos de um setor minerador, como demonstrado, quando comparada a outras regiões do Brasil, torna-se, nesse sentido, cenário perfeito para análise desse “sistema colonial” supostamente dependente de um setor exportador, mas que, no entanto, não consegue limitar e levar a uma crise generalizada uma economia com dinâmicas próprias.

Sabe-se que as questões e debates levantados com o presente trabalho são relativamente novos na historiografia, principalmente, por envolver interpretações fiscais, um campo ainda tão pouco explorado por estudos brasileiros. No entanto, os resultados obtidos, ainda que, por hora, em aberto, sem dúvida, só reafirmam a necessidade de pesquisas que possam ampliar cada vez mais as interpretações sobre um período tão importante da história do Brasil.

Recebido em: 03/08/2018

Aprovado em: 20/03/2019